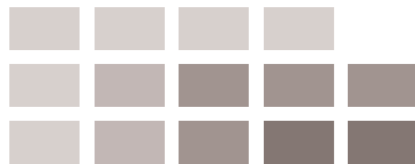


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Relatório de Prestação de Contas 2010



Í N D I C E

I - GESTÃO JURISDICIONAL	03
II – OBJETIVOS E METAS	08
- Diretrizes Estratégicas	
III – INDICADORES DE GESTÃO	10
IV – ANÁLISE DOS RESULTADOS	15
- Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	17
- Demonstrativo da Dotação/Execução Orçamentária	
- Atividades do Programa 0569	18
- Ações de Informática	
- Assistência Médica e Odontológica	
- Assistência Pré-Escolar aos Dependentes	
- Auxílio-Transporte aos Servidores	
- Auxílio-Alimentação aos Servidores	
- Capacitação de Recursos Humanos	
- Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	
- Julgamento de Causas	
- Projetos do Programa 0569	24
- Modernização de Instalações da Justiça Federal	
- Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ	
- Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Macaé – RJ	
- Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional	
- Operações Especiais do Programa 0569	
- Contribuição da União, suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência	
- Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União	28
- Demonstrativo da Dotação/Execução Orçamentária	
- Operações especiais no âmbito da Justiça Federal de 1º Grau	
- Pagamento de Aposentadoria e Pensões	
V – CONCLUSÃO	29
ANEXO – Demonstrativo da Força de Trabalho	
- Servidores Ativos	
- Servidores Inativos	

INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, a Justiça Federal de 1º grau no Rio de Janeiro apresenta o Relatório de Prestação de Contas referente ao exercício de 2010, o qual encontra-se dividido em cinco capítulos, a saber: I – Gestão Jurisdicional; II- Objetivos e Metas; III- Indicadores de Gestão; IV- Análise dos Resultados; e V- Conclusão.

A missão de desenvolver com qualidade e comprometimento a prestação jurisdicional é fator motivador para a busca pela profissionalização da gestão, pelo uso dos recursos de forma eficiente e eficaz, pela transparência na tomada de decisão e pelo foco nas soluções que imprimam celeridade ao trabalho institucional.

I – GESTÃO JURISDICIONAL

A Jurisdição de 1º Grau da Justiça Federal no Rio de Janeiro é exercida por 110 unidades judiciárias, distribuídas em 81 Varas Federais, 47 Juizados Especiais Federais (autônomos e adjuntos) e duas Turmas Recursais.

A distribuição das Varas de dos Juizados Especiais é demonstrada na tabela abaixo:

VARAS FEDERAIS		JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS		TURMAS RECURSAIS
Capital	Outros Municípios	Autônomos	Adjuntos	Capital
47	34	27	20	02

Fonte: Página da Direção do Foro da SJRJ, na intranet.

Como parte do cronograma de implantação de varas e de juizados especiais federais advindo da Lei 12.011/2009, no exercício de 2010, foram instaladas 04 novas unidades judiciárias: o 10º Juizado Especial Federal na capital; a 3ª Vara Federal de São Gonçalo; a 1ª Vara Federal de Nova Iguaçu e a 1ª Vara Federal de Duque de Caxias.

A estrutura organizacional administrativa da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) é composta pela Direção do Foro, por uma Secretaria Geral e por mais 10 (dez) Subsecretarias (Controle Interno; Gestão de Pessoas; Planejamento, Orçamento e Finanças; Infraestrutura; Logística; Contratações e Material; Informação e Documentação; Tecnologia da Informação e de Comunicações; Cálculo Judicial e Distribuição e Atividades Judiciárias), incumbidas do desenvolvimento das atividades que dão suporte a atuação das unidades diretamente responsáveis pela prestação jurisdicional no Estado.

Relatamos, a seguir, as principais ações realizadas no exercício de 2010, tendo em vista a melhoria do serviço prestado aos jurisdicionados e à sociedade em geral.

Planejamento Estratégico Plurianual

O Mapa Estratégico da Justiça Federal da 2ª Região, aprovado em sessão do Plenário do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), através da Resolução nº 48, de 18/12/2009, registra um conjunto de **15 (quinze) objetivos estratégicos** distribuídos em três perspectivas (sociedade, processos internos e recursos) e operacionalizados por ações e projetos,

No alinhamento com a estratégia do Poder Judiciário, vale destacar a vinculação das metas prioritárias de 2010, as quais foram divulgadas em fevereiro pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) após a aprovação do planejamento estratégico regional.

Processo eletrônico nas unidades judiciárias

Destaca-se o avanço no processo de virtualização da área administrativa e judicial no âmbito da Seção Judiciária do Rio de Janeiro no ano de 2010, com a conclusão da implantação do processo eletrônico nos Juizados Especiais e Varas Federais, excetuando-se as de competência exclusivamente criminal. No exercício, foi consolidado o sistema de gestão de documentos Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA-DOC), avaliado com a maior pontuação pelo CJF entre os sistemas de gestão documental da Justiça Federal e reconhecido como a solução mais aderente ao MoReq-Jus.

Ação Global

A SJRJ disponibilizou apoio logístico ao projeto AÇÃO GLOBAL, para realização de mutirão para atermagem de pedidos previdenciários, ocorrido nos dias 10 e 11 de abril e 22 de maio de 2010, na Vila Olímpica da Gamboa (Zona Portuária do Rio de Janeiro). O apoio consistiu na participação em reuniões de planejamento, divulgação e inscrição, treinamento, segurança e transporte dos voluntários. Foram atermados 503 pedidos oriundos de 637 atendimentos. A Ação resultou em 183 processos sentenciados. No mesmo dia foram agendadas perícias médicas em 165 processos, 69 receberam despacho para distribuição e 86 foram destinados à distribuição posterior.

Mutirões de Conciliação

Em agosto ocorreu o 11º Mutirão de Conciliação, para apreciação de ações relativas ao SFH (CEF/EMGEA). Foram realizadas 31 audiências, das quais 81% (25) resultaram em acordo, totalizando um montante de R\$ 1.309.189,74.

Como parte integrante da Semana Nacional de Conciliação, foi realizado, em novembro e dezembro, mutirão das varas cíveis para apreciação de ações relativas à OAB, ECT, INSS, SFH/CEF. Realizaram-se 1.706 audiências, com um total de 3.743 pessoas atendidas. Foram homologados 952 acordos, correspondentes a 55,70% das audiências, com um montante de R\$ 12.344.460,33 em previsão de recuperação de crédito.

Mapeamento de Processos de Trabalho

A atividade de mapeamento de processos deu ênfase, no exercício de 2010, ao processo de contratações. O trabalho foi subdividido em 5 fases: 1) Planejamento das contratações/elaboração de termo de referência; 2) Análise da fase virtual; 3) Processo físico; 4) Gestão e 5) Fase de pagamento.

Nas fases 1, 2 e 5 os processos foram redesenhados, com a incorporação de melhorias implantadas a partir de outubro de 2010. As principais ações nessas fases foram: criação de um site de contratações na intranet da SJRJ, aglutinando os subprodutos do projeto, tais como o manual de elaboração de Termo de Referência, mapeamentos e *check lists* de auxílio ao trabalho e o redesenho e elaboração de *workflow* da fase de análise/virtual das contratações (SEC), com testes iniciados em novembro de 2010.

CONVÊNIOS

CEF e BB

É importante ressaltar o papel fundamental do convênio nacional firmado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal para o cumprimento das metas estabelecidas pela Resolução 90, de 29 de setembro de 2009, do CNJ, que dispõe sobre o nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário, bem como dos objetivos definidos no planejamento estratégico de tecnologia da informação da Justiça Federal, através da Resolução n. 103 do CJF, de 23 de abril de 2010.

Com os recursos provenientes do Convênio, a SJRJ, alinhada com o Planejamento Estratégico do CNJ e do CJF e face à expansão do processo eletrônico, investiu na atualização do parque computacional, provendo para todas unidades judiciais e administrativas computadores modernos equipados com dois monitores, visando, assim, garantir a infraestrutura tecnológica necessária para a execução das atividades institucionais.

Além disso, foi possível renovar os equipamentos para processamento das informações e armazenamento dos processos eletrônicos, a fim de prover a infraestrutura computacional adequada para atender ao objetivo estabelecido no planejamento estratégico de TI da Justiça Federal de “assegurar níveis de serviços adequados ao negócio.”

CEF

O contrato firmado entre a Caixa Econômica Federal e o TRF2, através do Termo Aditivo ao Contrato nº69/2009-TRF, destinou recursos para os projetos que visam à conclusão da obra de reforma do imóvel destinado a abrigar a Sede Administrativa da SJRJ, cujo término está previsto para

22/02/2011. A contratação dos serviços, independente do contrato da obra de reforma, permitiu redução do preço, visto a contratação direta com empresas especializadas.

INSS

Foi assinado novo convênio com o INSS, através do qual é possível o intercâmbio de informações, visando proporcionar maior celeridade ao andamento das ações previdenciárias e de execução fiscal, bem como as ações criminais relativas às questões previdenciárias. Foi ampliado o acesso para instrução das ações de execução fiscal e criminais, bem como permissão aos servidores lotados na Subsecretaria de Cálculo e nas Unidades de Contadoria das Subseções. No ano de 2010 houve um total de 112 usuários cadastrados para acesso aos sistemas Plenus e CNIS.

OAB/RJ – Peticionamento

A SJRJ assinou com a Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro (AB/RJ) acordo de cooperação para implementação do peticionamento eletrônico na Justiça Federal. Dentre as atribuições da OAB destaca-se a capacitação dos advogados em recursos básicos de informática e a divulgação de informações importantes sobre o cadastro no sistema de peticionamento eletrônico. Foi atribuída à Justiça Federal o encargo de disponibilização de canal de comunicação para esclarecimento de dúvidas quanto ao sistema, indicação de servidores para ministrar aulas nos cursos promovidos pela Ordem e disponibilização de sala para instalação de equipamentos de tecnologia da informação.

Em setembro, houve a celebração de novo convênio com a OAB para disponibilização de informações relativas à regularidade profissional dos advogados e estagiários, constantes no banco de dados da referida instituição.

Conselho Federal da OAB

Em agosto, foi assinado termo de adesão ao Acordo de Cooperação Técnica nº 050/2009, celebrado entre o CNJ e o Conselho Federal da OAB, para o acesso ao Cadastro Nacional dos Advogados e Estagiários (CNA) da OAB.

INFOSEG

Considerando o convênio celebrado entre a Polícia Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o CJF e os TRF's – para integração nacional do Sistema de Informação de Justiça e Segurança Pública – (INFOSEG), do Sistema Nacional de Informações Criminais (SINIC) e consulta à Polícia Criminal Internacional – INTERPOL, foi implantando na Seção Judiciária o acesso à rede INFOSEG para as Varas Federais e Juizados Especiais Federais com competência Criminal, Cíveis e de Execução Fiscal.

INFOJUD, RENAJUD, AMPLA, CEG (cadastramento)

Entre os convênios firmados com órgãos públicos e entidades, com objetos voltados para o aperfeiçoamento e agilização da prestação jurisdicional, destaca-se o cadastramento de 103 magistrados no sistema de Informação ao Judiciário (Infojud), 82 magistrados no Sistema de Restrições Judiciais de Veículos Automotores (Renajud), 112 usuários para acesso ao banco de dados da Ampla e 25 usuários para acesso ao banco de dados da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro (CEG).

Normalização

No âmbito das normas editadas pela Direção de Foro ressaltam-se as seguintes Portarias:

RJ-PGD2010/00106 - Atualiza as regras disciplinadoras da emissão de certidões de distribuição de ações judiciais na SJRJ.

RJ-PGD2010/00080 - Institui procedimentos para a organização e a efetivação das sessões do Tribunal do Júri realizadas na Seccional.

RJ-PGD2010/00075 - Define as competências das unidades da SJRJ no tocante ao Sistema de Assistência Judiciária Gratuita (AJG).

RJ-PGD2010/00073 - Aprova e implementa o Regulamento que trata das competências e dos procedimentos relativos à administração e à gestão dos conteúdos e do Portal Corporativo Internet SJRJ, bem como as atuações da Subsecretaria de Informação e Documentação (SID) e demais unidades administrativas.

RJ-PGD2010/00020- Atualiza a Política de Utilização de Recursos de Tecnologia da Informação na SJRJ.

RJ-PGD2010/00017- Institui Grupo de Trabalho para elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), com objetivo de maximizar os esforços e investimentos em tecnologia de informação e comunicação da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

RJ- PGD2010/00003- Institui a Comissão de Gestão Ambiental e de Qualidade de Vida (CGAQV), para implementar os procedimentos contemplados no Programa A3P

II – OBJETIVOS E METAS

A Lei nº12.214, de 26/01/2010, aprovou o Orçamento Geral da União - OGU para 2010, estimando a receita e fixando a despesa do exercício. Coube à Justiça Federal do Rio de Janeiro a importância de R\$ 677.586.942,29 (seiscentos e setenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e seis mil novecentos e quarenta e dois reais e vinte e nove centavos), distribuída em dois Programas 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal, num montante de R\$ 576.980.877,29 (quinhentos e setenta e seis milhões, novecentos e oitenta mil oitocentos e setenta e sete reais e vinte e nove centavos); e 0089– Previdência de Inativos e Pensionistas da União, tendo sido recebidos R\$ 100.606.065,00 (cem milhões, seiscentos e seis mil e sessenta e cinco reais), conforme quadros abaixo, nos termos das Resoluções n.º3, de 19/03/2010, e n.º35, de 30.12.2010, ambas da Presidência do TRF da 2ª Região.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR
Dotação Inicial (Resolução n.º 3, de 19/03/2010 – TRF2)	638.877.455,00
Acréscimos	38.709.487,29
Especiais	-----
Redução orçamentária	-----
DOTAÇÃO AUTORIZADA	677.586.942,29
Destaques Recebidos	-----
Destaques Concedidos	-----
TOTAL	
Dotação Indisponível	-----
TOTAL GERAL/Dotação Final (Resolução n.º 35, de 30.12.2010 – TRF 2ª Região)	677.586.942,29

Dotação por Programa

PROGRAMA	Dotação Autorizada	Destaques Recebidos/Concedidos	TOTAL
0569 Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	576.980.877,29	-----	576.980.877,29
0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União	100.606.065,00	-----	100.606.065,00
TOTAL	677.586.942,29	-----	677.586.942,29

Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal - O programa tem por objetivo "Garantir o exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar".

Programa: 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União, com dotação autorizada para essa finalidade.

Diretrizes Estratégicas

Entre os principais benefícios e resultados alcançados na execução do primeiro ano do planejamento estratégico 2010-2014, podemos destacar a uniformidade dos conceitos estratégicos adotados no planejamento, maior visibilidade dos projetos e iniciativas estratégicas, informações atualizadas da execução dos objetivos estratégicos e, principalmente, gestão compartilhada e transparente.

Análise do Plano de Ação referente ao exercício de 2010

A implementação do Planejamento Estratégico foi efetivada, no que diz respeito aos projetos, através de um conjunto de iniciativas de diversas unidades. Além da adoção de uma perspectiva metodológica de abordagem dos projetos, procedeu-se a sua reavaliação, de modo a adequá-lo à realidade e capacidade de execução. Para isto, os comitês Regional e Institucional de Planejamento Estratégico, durante a 1ª Reunião de Análise Estratégica (RAE), adotaram alguns critérios de seleção, como, por exemplo, o de retirar da carteira programas já consolidados, por não se enquadrarem diretamente no conceito de Projetos Estratégicos, ou seja, com ciclo de vida determinado pela abrangência do Plano (2010-2014).

III – INDICADORES DE GESTÃO

Os indicadores de gestão selecionados para monitoramento do desempenho da SJRJ no exercício de 2010 estão distribuídos em dois grupos: no primeiro, estão incluídos os indicadores mais especificamente relacionados à atuação da área judiciária; no segundo grupo estão aqueles relacionados com a administração em geral.

A) Indicadores da área judicial

A.1) Quantitativo de Processos

Este indicador tem por objetivo medir o quantitativo e a situação dos processos existentes na SJRJ.

A movimentação processual pode ser dividida em três classes: processos distribuídos, processos julgados e processos em tramitação.

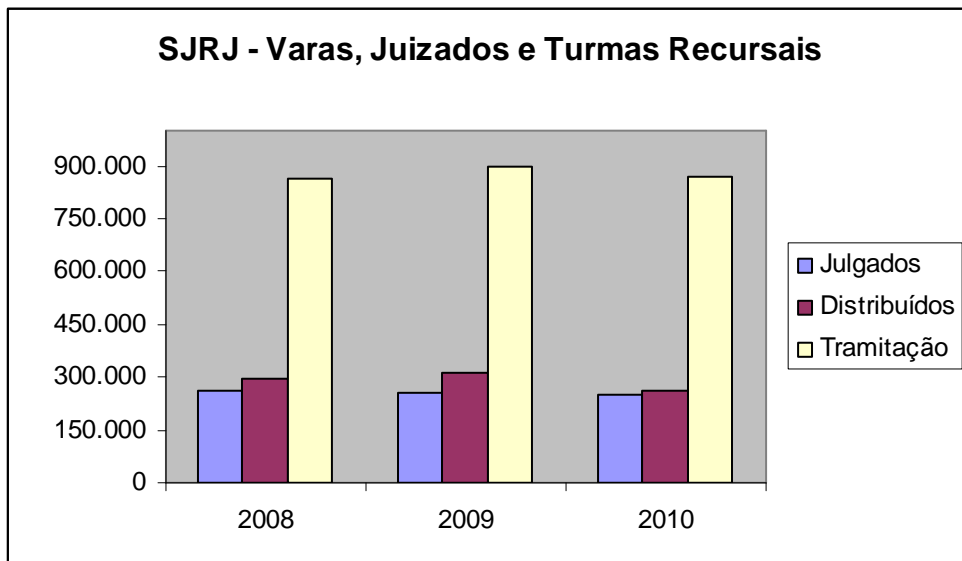
Através das tabelas e gráficos a seguir, demonstra-se a movimentação processual das Varas Federais, Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais:

a) Movimentação processual

Apresentamos os valores absolutos das três classes componentes da movimentação processual:

SJRJ – Varas, Juizados e Turmas Recursais			
Ano	Julgados	Distribuídos	Tramitação
2008	260.583	297.280	865.918
2009	256.666	309.863	897.659
2010	251.818	258.950	873.926

Fonte: Sistema Processual APOLO



Os dados relativos ao exercício de 2010 apontam um desempenho com um pequeno decréscimo em relação 2009. Considerando o número de processos julgados pelas Varas Federais, Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais, tem-se o total de 4.848 processos a menos, equivalente a -1,89%. A comparação de 2010 com o exercício de 2008 revela também um percentual negativo de 3,37%.

O número de processos distribuídos em 2010 ficou abaixo 16,44% do total de processos distribuídos para as VFs, JEFs e TRs em 2009, representando 50.913 processos. Os dados de 2010 comparados aos de 2008 revelam um percentual de 12,90 menor para o exercício de 2010.

No exercício de 2010 houve uma diminuição no número de processos em tramitação nas VFs, JEFs e TRs comparados aos dados de 2009, totalizando um acervo de 873.926 processos. A comparação desses dados revela um decréscimo de 2,65% para o exercício de 2010.

b) Média de processos julgados por Juiz:

Este indicador apresenta a relação entre o número de processos julgados na SJRJ com o número de magistrados em atuação e mostra que a média anual de processos julgados por juiz é 1.447.

Nº de processos julgados	Nº de juízes*	Média de processos por juiz
251.818	174	1.447
Nº de processos distribuídos	Nº de juízes*	Média de processos por juiz
258.950	174	1.488

Fonte: dados fornecidos pelo NUMAG/TRF2.

Considerados apenas os juízes em atividade na 1ª Instância em 2010, estando 13 cedidos para o TRF2.

O acompanhamento dos resultados dos projetos estratégicos constantes do Plano de Ação 2010-2014 foi realizado pela medição periódica de indicadores. Dos 16 indicadores constantes do quadro abaixo, 62,5% (10) superam as metas previamente definidas e 37,5% (06) não alcançaram a meta estabelecida.

Os indicadores desenvolvidos servirão para corrigir e direcionar os rumos da estratégia para que todos os resultados possam ser alcançados. Sinalizam , também, se os projetos vinculados e as iniciativas são suficientes para o alcance das metas.

A seguir, apresentamos uma análise sucinta de alguns dos indicadores medidos quanto ao grau de cumprimento das metas estratégicas e os projetos/iniciativas vinculados.

Tema Estratégico	Indicador	Meta (%)	Executado (%)	Grau de Cumprimento (%)
Eficiência Operacional	Idade do Acervo	41,0	55,5	73,9
	Idade do acervo JEF	2,0	2,3	86,2
	Congestionamento	46,0	46,0	100,0
	Congestionamento JEF	31,0	53,0	58,5
Acesso ao Sistema de Justiça	Magistrado por habitante	1,14	1,35	118,4
	Interiorização da Justiça	21,7	21,7	100,0
Responsabilidade Social e Ambiental	Responsabilidade Ambiental (iniciativas)	10 (uni)	18 (uni)	180,0
	Consumo de papel (resmas per capta)	10	7,75	129,0
	Consumo de água (m3 per capta)	20,3	17,83	113,9
Alinhamento e Integração	Projetos estratégicos executados no prazo	80,0	100,0	125,0
Atuação Institucional	Convênios de cooperação técnica	87,0	66,0	75,9
Gestão de Pessoas	Capacitação	25,0	36,0	144,0
	absenteísmo	6,0	5,8	102,7
Infraestrutura e Tecnologia	Padrões mínimos de TI	82,0	75,0	91,5
	Disponibilidade de serviços de TI	97,5	93,7	96,1
Orçamento	Execução do orçamento estratégico	80,0	95,0	118,8

c) Idade do Acervo

O indicador mede o quanto a Justiça reduziu o quantitativo de processos em tramitação há mais de 04 anos. O esforço resultou num grau de cumprimento de 73,9% da meta estabelecida para a 1ª instância em geral e de 86,2% para os juizados especiais. Os projetos Justiça 100% Digital e Mutirão de Conciliação contribuíram para esse resultado.

Esse indicador – Meta 2 : “Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31 de 12 de 2006” faz parte do rol das 10 metas prioritárias relacionados pelo CNJ como estratégicas para 2010. O desempenho da SJRJ significou o julgamento de 59,81% dos processos (11.278), restando 7.577 processos que deram entrada antes da data referida na meta 2 sem julgamento.

Meta 2 -2010	
Acervo em 01/01/2010	Acervo em 31/12/2010
18.855	7.577

Fonte: Indicadores Sinejus/Portal de Estatística

d) Número de Magistrados por Habitante e Grau de Interiorização da Justiça

Com o projeto de implantação de novas varas, a SJRJ conseguiu alcançar o resultado das metas acima do esperado (grau de cumprimento de 118,4% para o número de magistrados e 100% para o grau de interiorização).

e) Responsabilidade Social

A SJRJ tem várias iniciativas que visam difundir para a sociedade, especialmente os jovens estudantes, o papel do Poder Judiciário e da Justiça Federal, na construção da cidadania. Foram contabilizadas 18 iniciativas realizadas na capital e demais municípios, alcançando um índice de grau de cumprimento de 180,0% da meta estabelecida, entre elas destacamos o Programa Conhecendo a SJRJ.

f) Responsabilidade Ambiental, Consumo de Papel e de Água

A difusão de ideias de conscientização ambiental surtiu o resultado esperado, compreendendo os objetivos de minimizar os impactos negativos causados ao meio ambiente, por conta das atividades operacionais e administrativas da instituição, o estímulo à geração de economia de recursos naturais e institucionais, o esforço gerado através de campanhas de conscientização para o consumo sustentável, coleta seletiva do lixo e descarte consciente de material eletroeletrônico, pilhas, lâmpadas.

As práticas de conscientização ambiental adotadas pela administração, somadas aos projetos Justiça 100% Digital, Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA) e Agenda

Ambiental na Administração Pública, contribuíram também para a superação da meta para o consumo de papel e de água, atingindo respectivamente 129,0% e 113,9% de grau de cumprimento das metas estabelecidas.

g) Capacitação

Para a medição deste indicador, foi adotado o critério do CNJ, onde se leva em consideração o quantitativo de pessoas treinadas nas competências estratégicas pelo total de pessoas (magistrados e servidores) lotados na instituição. Verifica-se a participação dos gerentes em capacitação nas competências estratégicas, com a finalidade de cumprir o disposto na Lei nº 11.416/2006 e apurar o interesse nos cursos para aprimorar o Programa de Capacitação a cada ano.

Na execução dos programas constata-se que o índice foi superior à meta, atingindo um grau de cumprimento de 144,0%, o que demonstra o interesse dos servidores no constante desenvolvimento e confirma a excelência e qualidade dos cursos disponibilizados.

e) Execução do Orçamento Estratégico

Na SJRJ, o grau de cumprimento desse indicador foi de 118,8%, significando uma superação da expectativa quanto aos valores comprometidos com a execução dos projetos considerados estratégicos para a Instituição.

IV – ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apresentamos a seguir os principais resultados dos Programas 0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal; 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União e 0901 - Cumprimento de Sentenças Judiciais, por intermédio das ações estabelecidas na LOA 2010 sendo descritas na seguinte seqüência: Atividades e Projetos - Justiça Federal de 1º e 2º Graus; Operações Especiais - Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO/EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR AÇÃO

PROGRAMA: 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

Objetivo: Garantir o exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar.

a) Demonstrativo da dotação/Execução do Programa/Atividades/Projetos

AÇÃO: ATIVIDADE	Dotação Autorizada		Execução	
	Orçamentária	Física	Empenhado	Física
Atividade 2004: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Dependentes Produto: Pessoa beneficiada (unidade)	3.048.790,29	7.531	3.024.306,28	3.165
Atividade 2010: Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida (unidade)	2.594.403,00	588	2.594.352,81	593
Ação 2011: Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados Produto: Servidor beneficiado (unidade)	1.299.000,00	850	1.298.861,58	648
Atividade 2012: Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados Produto: Servidor beneficiado (unidade)	19.676.480,00	2.583	19.676.477,67	2.594
Atividade 4091: Capacitação de Recursos Humanos Produto: Servidor capacitado (unidade)	495.394,00	745	495.392,71	1.447
Atividade 4224: Assistência Jurídica a Pessoas Carentes Produto: Pessoa assistida (unidade)	4.547.748,00	18.915	4.546.826,40	22.054

Atividade 4257: Julgamento de Causas na Justiça Federal Produto: Processo julgado (unidade)	458.734.070,00	333.400	458.727.344,63	251.818
AÇÃO: PROJETO	Dotação Autorizada		Execução	
	Orçamentária	Física	Empenhado	Física
Projeto 1890: Reforma de Edifício-Sede da Seção Judiciária no Rio de Janeiro - RJ. Produto: Edifício reformado (% de execução física)	5.000.000,00	29%	4.991.749,03	13,45%
Projeto 1136: Modernização de Instalações da Justiça Federal. Produto: Instalação modernizada (unidade)	831.000,00	3	830.161,44	0
*Projeto 3757: Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação (ISIGI) Produto: Sistema implantado (% de execução física)	2.400.000,00	-----	2.399.265,63	-----
Projeto 3755: Implantação de Varas Federais Produto: Vara Federal Instalada	2.376.000,00	0	2.372.164,96	4
Observações: Segundo orientação do CJF para o preenchimento do SIGPLAN, o total da execução financeira corresponde ao total empenhado no exercício (total liquidado + o total que será inscrito em restos a pagar).				
* Projeto de responsabilidade do CJF (UO 12.101) execução/meta nacional.				

A) PROGRAMA 0569 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS EM 2009

R\$ 1,00

AÇÃO: PROJETO/ATIVIDADE	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	Valor inscrito	Meta Física
2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores	491.189,00	1.850
2010 – Assistência Pré – Escolar aos Dependentes	73.300,00	65
2011 – Auxílio Transporte aos Servidores	118.995,59	130
2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores	117.214,38	29
4091 – Capacitação de Recursos Humanos	91.505,00	98
4224 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	69.976,50	345
4257 – Julgamento de Causas	15.448.044,00	-
3755 – Implantação de Varas Federais	1.953.160,43	0
1890 – Reforma de Edifício da SJRJ	2.667.784,25	15,55
1136 – Modernização de Instalações da Justiça Federal.	830.161,44	3
3757 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação	2.399.265,63	-
TOTAL	24.260.596,22	-

*1 Projeto de responsabilidade do CJF (UO 12.101) execução/meta nacional.

No tocante aos Restos a Pagar não processados, os saldos verificados na atividade Julgamento de Causas (a pagar) decorrem basicamente dos contratos continuados, tais como serviços relacionados a telefonia, e poderão levar um tempo maior para sua solução em face de problemas com as concessionárias – falta de detalhamento/descrição nas faturas e cobranças não reconhecidas.

AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS

ATIVIDADES

2004 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA

Em cumprimento ao art. 230 da Lei nº 8.112/90, com a redação dada pela Lei nº 9.527/97, foram alocados recursos nessa ação visando assegurar aos servidores, magistrados e dependentes saúde física e mental para proporcionar melhor desempenho funcional e aumento na qualidade e capacidade laborativa. A atividade envolve despesas com serviços especializados de assistência médica, englobando os segmentos ambulatorial, hospitalar e obstetrícia, além de serviços de assistência social e psicológica e a aquisição de equipamentos, medicamentos, vacinas, materiais de consumo e serviços de manutenção de equipamentos hospitalares e odontológicos.

Dos recursos financeiros autorizados (R\$ 3.048.790,29), foram executados 99,0%. Esses recursos alocados atenderam a 3.165 beneficiários (juízes, servidores e dependentes), na média dos 12 meses de execução, não tendo sido alcançada a meta física prevista para o exercício. Como fato gerador para o não cumprimento, destacamos os desligamentos que não puderam ser previstos inicialmente, bem como o fato de o incremento estimado, em face de novas nomeações, não ter se realizado.

Foi inscrito em Restos a Pagar o valor correspondente à meta física inscrita de 1.850 atendimentos. Ressalte-se que o elevado percentual do AMOS decorre do fato de o Auxílio-Saúde ter caráter indenizatório. Sendo assim, foram efetuados pagamentos referentes a todos os beneficiários da competência de Dezembro/2010 em Folha Suplementar creditada em Janeiro/2011.

Para atendimento à finalidade dessa ação orçamentária são computados os quantitativos de servidores e de dependentes incluídos no Plano de Saúde, no Auxílio-Saúde e no Programa de Apoio à Psiquiatria e Psicologia – PAPSI.

Benefício	Servidores e Dependentes
Plano de Saúde	3221
Auxílio-saúde	2818
PAPSI	81

As realizações no âmbito das atividades relativas à atenção à saúde vão além das ações supracitadas, englobando, também, ações de atendimento de enfermagem, médico, odontológico, psicológico e social, realizadas em consultórios localizados nas dependências da SJRJ, e campanhas visando a promoção da saúde e à qualidade de vida, que geraram cerca de 19.400 atendimentos e

contribuíram para o incremento dos índices de produtividade dos servidores e para a redução do absenteísmo.

EVENTO	BENEFICIÁRIO	QTD em 2010
Atendimentos médicos	Magistrados, servidores, estagiários e usuários	3998*
Atendimentos de enfermagem	Magistrados, servidores, estagiários e usuários	4151*
Atendimentos odontológicos	Magistrados, servidores e estagiários	1797*
Atendimentos psicológicos e sociais	Servidores	628*
Campanha de Saúde Bucal	Magistrados e servidores ativos	220
Campanha de Vacinação Antigripal	Magistrados e servidores ativos, estagiários e funcionários de empresas terceirizadas que trabalham nas instalações da SJRJ.	764
Feira de Saúde Ocular	Magistrados, servidores e estagiários	692
Programa de Terapias Antiestresse	Magistrados e servidores	4.549**
Ginástica Laboral	Magistrados, servidores e estagiários	2692***

* Número total de atendimentos realizados.

** Número total de atendimentos realizados nas quatro modalidades de terapias.

*** Cerca de 80% do número total de magistrados, servidores e estagiários ativos da SJRJ.

Fonte: Coordenadoria de Assistência Médica e Social – CAMS/SGP

2010 – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES

Em cumprimento à Constituição Federal e à Lei nº 8.069/90, a atividade proporcionou a assistência pré-escolar aos dependentes dos magistrados e servidores ativos, na faixa etária de zero até os seis anos de idade, bem como aos portadores de necessidades especiais cujo desenvolvimento corresponda à idade mental relativa a essa mesma faixa etária, em creches e pré-escolas. A atividade contribui de forma direta para a formação educacional dos dependentes dos servidores, consistindo no pagamento de valor variável conforme a faixa salarial do servidor ou magistrado.

Os procedimentos para concessão do benefício previsto no Plano de Assistência Pré-Escolar (PAPE) encontram-se regulamentados pela Resolução 04, de março de 2009, com a aplicação da tabela referente aos valores anexa à Resolução 588/2007, ambas do CJF.

A execução desta ação proporcionou o atendimento a uma média mensal de 593 crianças, superando a meta estabelecida. Da dotação autorizada, 2.594.403,00 foram executados (99,99%).

2011 – AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES

Aplicação de recursos para concessão de auxílio-transporte, em pecúnia, e em caráter indenizatório ao servidor ativo, do benefício do auxílio-transporte para o custeio de suas

despesas com transporte coletivo nos deslocamentos diários da residência ao local de trabalho, conforme previsto na Lei nº 8.112/90 e na Resolução nº 04/2008-CJF, descontando-se, mensalmente, do servidor, em contracheque, o valor referente a 6% (seis por cento) do seu vencimento.

A Atividade beneficiou, em média, durante o exercício, a 648 servidores, tendo sido cumpridos 89% da meta física estabelecida. Foram executados 99,98% da dotação orçamentária autorizada (1.299.000,00).

2012 – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES

Em atendimento ao art. 22 da Lei nº 8.460/92, com a redação dada pela Lei nº 9.527/97, esta atividade tem por objetivo conceder ao servidor o benefício do auxílio-alimentação na forma de pecúnia e em caráter indenizatório para cobrir suas despesas diárias com alimentação, durante a jornada de trabalho diária.

Pago no mês anterior ao da competência do benefício, a concessão do auxílio-alimentação encontra-se regulamentada pela Resolução nº 10/2005, do TRF2R, com a fixação do valor mensal de R\$ 630,00, conforme Resolução n.º 88/2009, do CJF, com efeitos financeiros a partir de julho/2009.

A atividade beneficiou, no exercício, a uma média mensal de 2.594 servidores, superando a meta estabelecida. A dotação orçamentária autorizada, R\$ 19.676.480,00, foi executada integralmente.

4091 – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

O desenvolvimento dessa atividade tem como objetivo promover de forma integrada a qualificação de pessoal, nas diversas áreas (jurídica, administrativa, informática, comportamental e gerencial), de modo que se obtenham melhores condições de trabalho e mais altos índices de produtividade na prestação jurisdicional. As atividades foram realizadas com o investimento de recursos desta Seção Judiciária.

Foram realizadas ações de capacitação e de desenvolvimento, por meio de contratação externa e pagamento de gratificação por encargo de curso a magistrados e servidores do Quadro de Pessoal da SJRJ, que atuaram como instrutores. As ações de capacitação e desenvolvimento foram oferecidas, totalizando 1.447 (um mil, quatrocentos e quarenta e sete) servidores capacitados, ressaltando que esse número considera apenas a primeira participação de cada servidor nos cursos realizados, com ônus, no exercício. Se fossem considerados os servidores aptos em todas as turmas teríamos um total de 3.430 (três mil, quatrocentos e trinta) participantes em 2010.

No escopo dessa atividade, verifica-se que os 1.447 servidores foram capacitados nas áreas gerencial, administrativa, comportamental, jurídica e de informática, nas modalidades presencial e à distância, superando em 94,22% a meta inicialmente prevista na LOA de 745 servidores capacitados.

Do total de servidores capacitados em 2010, 217 (duzentos e dezessete) foram-no na área gerencial em razão da continuidade do Programa de Desenvolvimento Gerencial, que contou com ações que dão prioridade ao desenvolvimento de atitudes e habilidades, de acordo com as competências comportamentais e técnicas selecionadas, nas modalidades presencial e à distância, buscando-se orientar a apresentação dos conteúdos e a realização de atividades pelas situações-problema vividas pelos gerentes. Cabe ressaltar que em 2010 foi introduzido o intercâmbio entre os gerentes participantes, com o objetivo de ampliar a percepção da realidade da SJRJ.

Ao proceder à análise da meta legal para Capacitação de Recursos Humanos, compete destacar os esforços envidados pela Administração para promover o aperfeiçoamento de sua força de trabalho, em consonância com o espírito da redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98, ao disposto no artigo 39, § 2º, da Constituição Federal.

A seguir, as ações mais relevantes desenvolvidas no exercício de 2010: cursos da área de Língua Portuguesa (presenciais e a distância); gestão da terceirização na Administração Pública com implicação nas INs 02/2008, 03/2009 e 04/2009; contratação de obras e serviços de engenharia pelo Poder Judiciário – considerando a Resolução nº 114/2010 do CNJ; SIAFI GERENCIAL; Encontro de Gestores Administrativos das Subseções; Encontro de Diretores; Práticas Processuais Criminais conforme o Manual de Gestão das Varas Criminais e de Execução Penal; atualização para Agentes de Segurança 2010; Autos Virtuais – Processos Eletrônicos; cursos jurídicos realizados nas Subseções; Programa de Capacitação da Subsecretaria de Cálculo Judicial; Programa de Capacitação para Oficiais de Justiça e Programa de Desenvolvimento Gerencial.

4224 – ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES

A ação visa assegurar o acesso da população carente à assistência jurídica integral e ao pleno exercício dos direitos e garantias individuais e coletivos previstos no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal e envolve despesas com pagamento de honorários a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais nomeados para a prestação desses serviços.

A grande variação da execução deve-se à liberação do orçamento de forma diluída e não regular e também ao processamento que nem sempre é uniforme em face de pendências diversas nos documentos que habilitam o pagamento. A execução da atividade assegurou a assistência jurídica integral e gratuita a 22.054 pessoas que buscaram a proteção da Justiça Federal no Rio de Janeiro, superando em 16,59% a meta estabelecida. A meta orçamentária de 4.547.748,00 foi executada em 99,97%.

4257 – JULGAMENTO DE CAUSAS

Os recursos alocados nesta atividade asseguraram as condições necessárias para a manutenção e o funcionamento dos serviços desenvolvidos nas áreas administrativa e judiciária dos órgãos, garantindo a continuidade da prestação jurisdicional. Da dotação orçamentária autorizada (458.734.070,00), foram executados 99,99%. A execução dessa atividade possibilitou o alcance de

75,53% da meta de processos julgados prevista para o exercício de 2010, totalizando 251.818 processos.

São os seguintes os motivos para o não cumprimento da meta física de processos julgados podem ser sintetizados nos seguintes termos:

- sobrecarga dos sistemas de informática e necessidade de atendimento às normas de virtualização de autos judiciais. A fase de transição do trabalho com autos físicos para autos eletrônicos, intensificada no exercício de 2010, com alcance em praticamente todas as varas com competência especializada, à exceção das varas cíveis, demandou adaptações nos processos de trabalho e conseqüentemente adaptação dos servidores a esses novos procedimentos;
- dificuldades na realização de perícias, principalmente por falta de profissionais habilitados dispostos a realizá-las, em especial quando a parte é beneficiária da assistência judiciária, devido aos valores baixos dos honorários periciais;
- dificuldade de localização de réus, que contribui para o atraso/postergação do andamento das ações processuais, demandando várias diligências por parte dos executantes de mandados para cumprimento da citação;
- necessidade de atender às urgências, seja para evitar o perecimento do direito pleiteado, seja para cumprir os prazos impostos pela Corregedoria, ou mesmo devido à grande incidência de processos com presença de idosos, fato que interfere no trâmite dos processos em geral.

	2010			Total
	Varas	Juizados	Turmas Recursais	
Distribuídos	104.040	116.275	38.635	258.950
Julgados	101.885	105.828	44.105	251.818
Tramitação	666.379	163.916	43.631	873.926

Fonte: Portal de Estatística/TRF2

A observação dos dados, detalhada por Varas Federais, Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais, revela resultados em consonância com as características das ações demandadas em cada uma dessas unidades.

As Varas Federais, cujas demandas exigem um tempo de processamento maior para que estejam em condições de recebimento de uma decisão, respondem pela grande maioria dos processos em tramitação na SJRJ, (76,25%). No exercício de 2010, essas unidades julgaram um quantitativo muito próximo ao distribuído, correspondente a 97,92% desse quantitativo.

As causas apreciadas nos Juizados são aquelas cujo valor não ultrapassa 60 salários mínimos e devem ser julgadas em rito mais célere. Dessa forma, a rotatividade é muito maior do que nas Varas Federais, o número de julgados também se mantém próximo ao de distribuídos e em consequência o acervo não apresenta crescimento acentuado, representando, em 2010, 18,76% dos processos em tramitação na SJRJ. Neste exercício, os juizados julgaram um quantitativo correspondente a 91,01% do número de ações distribuídas.

As Turmas Recursais, a exemplo de exercícios anteriores, julgaram um quantitativo 14,15% maior do que o distribuído no exercício. O acervo representa apenas 4,99% das ações em tramitação na SJRJ.

Os recursos consignados nessa atividade foram destinados também à execução de despesas com a remuneração da força de trabalho; com a realização de serviços indispensáveis ao funcionamento das atividades administrativas, como serviços de telefonia e telecomunicação, com a compra de material de consumo e permanente, com assinaturas de jornais e periódicos e demais despesas administrativas; a realização de serviços de manutenção, com a conservação e reforma dos imóveis utilizados; a conservação e manutenção da frota de veículos oficiais. Todas essas ações forneceram suporte operacional ao desempenho da atividade-fim e, conseqüentemente, à otimização no atendimento aos jurisdicionados

Na ação orçamentária Julgamento de Causas foram realizadas despesas para manutenção da rede corporativa; manutenção de sistemas; manutenção da infraestrutura de servidores; manutenção do parque de computadores; modernização e ampliação do parque computacional; modernização/ expansão da rede corporativa e plano de segurança e contingência. Essas ações apresentaram os seguintes resultados:

- Renovação dos equipamentos do banco de dados central, aumentando a capacidade de armazenamento e processamento de dados.
- Modernização e ampliação da rede corporativa de comunicação de dados com o aumento da taxa de transmissão.
- Manutenção e ampliação dos convênios com outros órgãos públicos para a troca de informações através dos sistemas corporativos.
- Otimização do processo de cópia de segurança, tornando a operação mais simples e eficiente.
- Aquisição de equipamentos portáteis para prover o serviço de acesso remoto à rede corporativa de forma segura.
- Modernização do parque computacional, a fim de prover os recursos necessários para o melhor desempenho das atividades judiciais e administrativas.
- Modernização do serviço de telefonia com a implantação de projeto piloto com a tecnologia VoIP em uma das Sedes da SJRJ.

A SJRJ empenhou todos os recursos disponibilizados em 2010 para investimento em ações de tecnologia da informação. Entretanto, alguns fatores dificultaram a execução do planejamento:

- Impossibilidade de prever quando, quanto e qual fonte orçamentária estará disponível e, conseqüentemente, planejar de forma mais eficiente e precisa a execução.
- Necessidade de alteração de parte do planejamento inicial em virtude de problemas operacionais impossíveis de serem previstos.
- Redução do valor total a ser executado em relação ao planejado em função da concorrência gerada pela contratação através do sistema de pregão, o que por outro lado, permitiu um investimento maior na modernização e ampliação do parque computacional.
- A complexidade das contratações de TI, em função da natureza do objeto, das constantes e rápidas inovações do mercado, assim como das freqüentes mudanças de tendências tecnológicas, contribuíram para dificultar a execução dos recursos disponibilizados.
- Atrasos e inadimplementos na entrega de produtos e prestação de serviços também contribuíram para comprometer a execução orçamentária.

PROJETOS

1890 – REFORMA DO EDIFÍCIO-SEDE DA SEÇÃO JUDICIÁRIA NO RIO DE JANEIRO – RJ

Os recursos destinados no exercício de 2010 ao projeto de reforma do Edifício Sede na Almirante Barroso que visa abrigar a Administração da SJRJ foram utilizados na conclusão da obra de reforma civil, fornecimento e instalação do sistema de lógica e telefonia e sistema de combate e detecção a incêndio. Os contratos estão em andamento e a obra tem previsão de término no dia 22/02/2010.

Do total do crédito recebido, R\$ 5.000.000,00, foram empenhados R\$ 4.991.749,03, ocorrendo uma liquidação efetiva de R\$ 2.323.964,78, restando inscrito em restos a pagar o montante de R\$ 2.667.784,25, correspondentes ao percentual físico de 15,55%.

A meta física prevista será integralizada, no próximo exercício, com a execução dos valores inscritos em RP. Registra-se que a não liquidação e pagamento no exercício de 2010 decorreu dos seguintes fatores:

- execução simultânea de diversos contratos no mesmo imóvel, resultando em interferências e impedimentos que obrigaram a redução do ritmo dos serviços a cargo das empresas contratadas;

- retenções de percentuais para testes de determinados itens, especialmente relativas a sistemas e equipamentos, que somente podem ser efetivamente pagos após a conclusão dos serviços;
- demora na liberação da licença de obra da parte externa por parte da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, que somente ocorreu em 25/1/2011, impedindo a execução dos serviços nas fachadas e nos acessos que foram iniciados neste exercício;
- observância do estágio/andamento da obra e seus respectivos prazos de execução, para a solicitação de serviços complementares;
- empenhos efetuados no final do exercício (especialmente aditivos) em virtude de necessidades identificadas durante a execução dos serviços, em função da imprevisibilidade que ocorre em reformas.

1136 – MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DA JUSTIÇA FEDERAL

A ação de modernização visa reformar, ampliar e modernizar as instalações de edificações, proporcionando condições físicas adequadas ao bom funcionamento dos serviços jurisdicionais.

Em 2010, a dotação orçamentária foi de R\$ 831.000,00. Foram inscritos em Restos a Pagar Não Processados R\$ 830.161,44, correspondentes à meta física de 3 instalações. Considerando a realização a ser verificada na execução dos Restos a Pagar, a meta física será superior à previsão inicial, em virtude do recebimento de créditos adicionais.

Os recursos destinados à modernização foram utilizados na aquisição de *nobreaks* para os CPDs localizados nas sedes da Av.Venezuela e da Av.Rio Branco e fornecimento e instalação do sistema de refrigeração da Subseção Judiciária de Campos dos Goytacazes.

Os *nobreaks* foram adquiridos em função do incremento de equipamentos do CPD e visam a segurança dos dados da SJRJ. Os equipamentos já foram instalados, estando o processo em fase de recebimento definitivo. O certame licitatório para o sistema de refrigeração de Campos dos Goytacazes ocorreu no final do exercício de 2010, estando o processo em fase de análise com vistas à homologação.

3757 – IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO

O projeto, realizado em nível nacional, tem orçamento e meta estabelecidos para as vinte e sete unidades gestoras da Justiça Federal de 1º Grau, distribuídas nas cinco Regiões e no CJF. Visa ao desenvolvimento e à implantação de sistemas informatizados de acompanhamento e controle da tramitação processual, integração de informações entre os órgãos afins, formação de banco de dados, aquisição de equipamentos, *softwares*, material de consumo, serviços técnicos e demais despesas relacionadas.

Do valor destinado (R\$ 2.400.000,00), 99% foram empenhados, correspondendo ao valor de R\$ 2.399.265,63, os quais foram integralmente inscritos em Restos a Pagar, correspondendo a contratações que tiveram como objetivo a manutenção da infraestrutura de servidores.

As aquisições realizadas buscaram os seguintes resultados:

- modernização e licenciamento dos sistemas de gerenciamento de banco de dados e da infraestrutura para a virtualização de servidores, a fim de garantir a atualização tecnológica, manter regular o licenciamento e otimizar o uso dos recursos computacionais dos novos equipamentos servidores.

Resultados Obtidos:

- Modernização e licenciamento dos sistemas de gerenciamento de banco de dados e de infraestrutura para a virtualização de servidores, a fim de garantir a atualização tecnológica, manter regular o licenciamento e otimizar o uso dos recursos computacionais dos novos equipamentos servidores.

IMPLANTAÇÃO DE VARAS FEDERAIS/JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

Registra-se que em 2010 foram instaladas 03 varas federais e 01 juizado especial federal, decorrentes da Lei nº 12.011/2009, em consonância com o cronograma previsto na Resolução nº 102/CJF.

Os recursos destinados à implantação das varas em 2010 foram utilizados para aquisição de mobiliário e equipamentos para as 04 unidades judiciárias instaladas. Foram destinados, ainda, a obras de reforma das Subseções Judiciárias de Duque de Caxias e de São Gonçalo, bem como para a reformulação do acesso ao Fórum Marilena Franco.

Cabe ressaltar que a obra de reforma do imóvel de Duque de Caxias encontra-se em fase de vistoria para emissão do Termo de Recebimento Definitivo e a obra na sede de São Gonçalo está em andamento, com previsão de término em 15/03/2011.

A obra de reforma do acesso ao Fórum Marilena Franco, localizado na Av.Venezuela, visa à melhoria do controle de acesso em função do aumento de Varas em funcionamento até 2014 no referido imóvel, permitindo, dessa forma, a instalação de catracas, bem como a reformulação do espaço aumentando a área destinada ao acesso, a fim de melhorar o fluxo do público e de servidores. O contrato está em andamento, com previsão de término em 26/02/2001.

Da meta orçamentária prevista para esse projeto, (R\$ 940.620,00), foram executados 99,83%, aplicados em obras e em manutenção de sistemas e em manutenção de infraestrutura de servidores.

Da aplicação dos recursos para manutenção de sistemas e de servidores de informática destacamos:

- Otimização do processo de trabalho inerente à realização de obras (orçamento, planejamento, controle e fiscalização) necessárias para implantação das novas Varas Federais.
- Modernização e licenciamento dos sistemas de gerenciamento de banco de dados e do sistema de *backups*, a fim de garantir a atualização tecnológica, manter regular o licenciamento e otimizar o processo de cópia de segurança dos dados, tendo em vista o aumento por recursos computacionais decorrente da implantação das novas Varas Federais.

09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Os recursos alocados no orçamento destinaram-se ao pagamento da parte da União Federal no custeio do Regime de Previdência de 2.632 magistrados e servidores públicos federais ativos.

AÇÃO: OPERAÇÕES ESPECIAIS	Dotação Autorizada	Execução
	Orçamentária	Empenhado
Ação: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos servidores públicos federais.	75.231.000,00	75.977.837,48

PROGRAMA: 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Demonstrativo da Dotação/Execução do Programa/Operações Especiais:

Da dotação orçamentária autorizada foram executados 99,99%, tendo a meta física de beneficiários prevista (543) sido superada em 3,12%.

AÇÃO: OPERAÇÕES ESPECIAIS	Dotação Autorizada		Execução	
	Orçamentária	Meta Física	Empenhado	Física
0396-Ação: Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Nacional	100.606.065,00	543	100.604.358,76	560
Observação Inscrito em Restos a Pagar o valor de R\$ 23.400,00.				

0396 – PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

Órgão	Quantitativos			TOTAL ⁴
	Inativos ¹	Pensão		
		Instituidores ²	Beneficiários ³	
SJRJ	381	181	245	562

Observações:

¹Este quantitativo inclui magistrados (8) e servidores (373);

²Este quantitativo inclui magistrados (9) e servidores (172);

³Este quantitativo inclui pensionistas de magistrados (15) e pensionistas de servidores (230);

⁴No quantitativo total, não está computado o número de beneficiários.

V – CONCLUSÃO

A atual gestão da Seção Judiciária do Rio de Janeiro desenvolveu as ações no exercício de 2010 em alinhamento às prioridades do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e às orientações do Conselho da Justiça Federal, buscando tornar mais célere e eficaz a tramitação processual. Da mesma forma buscou-se cumprir o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça.

Como destaques do exercício de 2010, apresento a implantação de 04 novas unidades judiciárias, atendendo ao objetivo estratégico de “Facilitar o acesso à Justiça Federal”; investimento na modernização e na ampliação do parque tecnológico, em consonância com os objetivos “Garantir a infraestrutura suficiente à execução das atividades administrativas e jurisdicionais”, “Garantir o acesso e funcionamento de Sistemas essenciais de Tecnologia da informação” e “Agilizar os trâmites Judiciais e administrativos”, além de ações de mapeamento de processos de trabalho, em especial na área de contratações.

A questão ambiental também mereceu especial atenção da SJRJ, tendo sido realizadas ações de conscientização para mudanças de hábitos e atitudes para o uso racional de bens de consumo, redução dos gastos públicos e adequada gestão de resíduos. Os indicadores de redução do uso de resmas de papel, de consumo de água e de energia apresentaram resultados significativos. O ponto de maior destaque é a redução no consumo de combustível, que caiu quase pela metade devido ao redimensionamento da frota de veículos.

Para consolidação dos significativos avanços obtidos pela SJRJ foram propostas e cumpridas ações orientadas à melhoria dos resultados obtidos nos anos anteriores. Entre outras iniciativas, implantaram-se modelos gerenciais mais ágeis e eficazes para contribuir para a democratização e transparência do Judiciário, tornando possível a qualquer pessoa conhecer, mais e melhor, as atividades da Instituição. Em pleno processo de modernização das atividades administrativas e judiciárias, a Seção Judiciária projeta uma visão de futuro apoiada na sua missão e alinhada às mudanças e aos avanços da sociedade.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2010.

Juiz Federal Marcelo Leonardo Tavares
Diretor do Foro, em exercício

ANEXO

DEMONSTRATIVO DA FORÇA DE TRABALHO

SERVIDORES ATIVOS

Situação Funcional	Posição em 31.12.10
Servidores Ativos (+)	2.620
Servidores Cedidos (-)	137
Servidores em Licença sem Vencimentos (-)	6
Servidores Requisitados (+)	95
Servidores no Órgão em Lotação Prov. (+)	2
Ocupantes do Órgão em Lotação Prov. (-)	11
Ocupantes de CJ sem Vínculo (+)	10
Servidores recebidos por remoção (+)	59
Servidores cedidos por remoção (-)	174
Servidores afastados Judicialmente (-)	-
Magistrados Ativos (+)	187
Magistrados Convocados (+)	-
Magistrados Cedidos (-)	13
Magistrados Licenciados (-)	-
TOTAL	2.632

SERVIDORES INATIVOS

Situação Funcional	Posição em 31.12.10
Magistrados Inativos	8
Servidores Inativos	373
Pensões Estatutárias	230
TOTAL	611